



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS**

**CORIOLANO PEREIRA DA ROCHA JÚNIOR**

**(depoimento)**

**2015**

**CEME-ESEF-UFRGS**

## FICHA TÉCNICA



**Projeto:** Garimpando Memórias

**Número da entrevista:** E-626

**Entrevistado:** Coriolano Pereira da Rocha Júnior

**Nascimento:** não informado

**Local da entrevista:** Universidade Federal de Minas Gerais

**Entrevistadora:** Jamile Mezzomo Klanovicz

**Data da entrevista:** 20/11/2015

**Transcrição:** Leila Carneiro Mattos

**Copidesque:** Pamela Siqueira Joras

**Pesquisa:** Pamela Siqueira Joras

**Revisão Final:** Silvana Vilodre Goellner

**Total de gravação:** 25 minutos e 05 segundos

**Páginas Digitadas:** 11 páginas

**Observações:**

Entrevista realizada para o projeto *Memórias do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Vida Saudável* desenvolvido pelo Centro de Memória do Esporte.

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que a fonte seja mencionada.

## **Sumário**

Formação inicial; O lazer em sua trajetória; Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC); Preparação para se tornar formador; Relação com Ministério do Esporte; Projetos nos quais atua; Planejamento e organização das atividades; Visitas técnicas; Visitas pedagógicas; Resultados observados; Finalização dos convênios; Municipalização dos núcleos; Pontos a serem melhorados; Avaliação das políticas públicas de esporte e lazer.

Belo Horizonte, 20 novembro de 2015. Entrevista com Coriolano Pereira da Rocha Júnior a cargo da pesquisadora Jamile Mezzomo Klanovicz para o Projeto Garimpando Memórias do Centro de Memória do Esporte.

J. K. – Bom dia, Coriolano eu agradeço a tua disponibilidade e gostaria que tu iniciasse me contando um pouco da tua formação?

C. R. – Minha formação, pois bem, eu tenho Licenciatura em Educação Física pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tenho mestrado também em Educação Física pela Universidade Gama Filho e doutorado em História comparada pela Federal do Rio de Janeiro.

J. K. – Certo! E como a temática do Lazer apareceu na tua trajetória?

C. R. – Na verdade ela aparece nos meus estudos iniciais da graduação mas com uma temática que a gente levantava situações, pode se dizer no momento de início no Brasil, de aumentar força dos estudos. Depois, prioritariamente com a presença em eventos, onde a temática era muito forte e começa a levantar curiosidades sobre o estudo e a partir daí já quando profissional, iniciando o trabalho na graduação, a disciplina aparece e a gente no processo de reforma curricular na instituição onde eu trabalhava, a gente coloca a disciplina e começa os estudos de organização e a partir daí começamos a lidar mais diretamente com isso em grupos de pesquisa até que vem a entrada no Programa como formador.

J. K. – Certo! E como tu conheceu o PELC<sup>1</sup>?

C. R. – O PELC na verdade eu conheço desde o início, desde a sua montagem na política inicial do governo Lula<sup>2</sup>, ainda não participando diretamente dele, mas acompanhando colegas que trabalhavam no Ministério, acompanhando municípios que tinham a execução do Programa, então desde a sua montagem eu acompanho, conheço o Programa.

---

<sup>1</sup> Programa de Esporte e lazer da Cidade.

<sup>2</sup> Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente do Brasil (2003-2011).

J. K. – E como que iniciou o teu envolvimento com ele?

C. R. – Diretamente no PELC?

J. K. – Isso!

C. R. – Sim! Se não me engano em 2006 quando eu venho trabalhar como formador em duas situações. Em uma relação que o Ministério do Esporte tinha, então, com o Ministério da Educação onde por dentro do Programa Escola Aberta havia o arco de trabalho do Esporte e Lazer e a gente trabalhava essa formação que basicamente era a formação do PELC vinculado ao Programa e ao mesmo tempo a entrada como formador dentro do programa, ainda era o modelo inicial, outro tipo de secretaria. De 2006 para cá eu atuo junto ao Ministério como formador.

J. K. – E como que ocorreu a tua preparação para se tornar formador?

C. R. – Basicamente são duas situações, primeiro a própria formação pessoal: a qualificação que a gente faz nos estudos pessoais de formação teórica, principalmente, nos grupos de pesquisa, orientação de trabalhos na universidade que vão de Iniciação Científica até o próprio Mestrado, Doutorado uma linha pessoal. A outra linha é o que o próprio Ministério fornece, o programa de qualificação que são os encontros eventualmente em Brasília; eventualmente aqui ou pontualmente fora em alguma outra situação, são os Encontros de Formadores, onde a gente trabalha as temáticas levantadas durante o processo de formação. A temática basicamente apontada pelos formadores tratados por nós mesmos ou por convidados, e acho que isso se qualifica muito fortemente quando a UFMG<sup>3</sup> assume o controle do processo de formação e os nossos encontros passam a ser basicamente aqui e mesmo quando em Brasília gerenciados pela UFMG. Agente tem o processo de formação teórica contínua, mas ao mesmo tempo o processo de qualificação do *nosso trabalho* entre nós mesmos, o contato entre cada formador, entre as experiências, vivências, as trocas possíveis de material e mesmo o processo de viagem quando você vai para uma formação que você não está sozinho, que você desde o processo

---

<sup>3</sup> Universidade Federal de Minas Gerais.

de organização tem que dialogar com o parceiro com a parceira a organização disso, isso também é um processo de qualificação, então isso tem sido contínuo, e paralelo a isso o próprio trabalho na Universidade já de um tempo para cá eu assumi a cadeira vinculada a Lazer e tenho trabalhado diretamente com isso e as orientações que a Universidade exige.

J. K. – E hoje tu atua tanto no PELC todas as Idades quanto no PELC Povos e Comunidades Tradicionais?

C. R. – Na verdade sim! Nós como formadores ficamos colocados à disposição do Ministério para o trabalho em qualquer um dos três, porém, eu faço questão de não trabalhar com a Comunidade dos Povos Tradicionais, deixo bem claro que não tenho nenhum interesse em trabalhar com isso, então me associei mais ao Vida Saudável ou ao PELC Todas as Idades.

J. K. – E tem alguma diferença no planejamento e na formação de cada um desses projetos?

C. R. – Necessariamente tem, além do que a temática em si do que os projetos te exigem porque tem demanda específica do Vida Saudável, Todas as Idades e as Comunidades Tradicionais, que pelas diretrizes que se tem diferenças, os conteúdos orientadores tem diferenças, o próprio tempo de formação tem diferença, o público que você lida tem diferença como, por exemplo, o Vida Saudável é um público menor então isso provoca diferenças, mas o outro eixo central assim, é como você associa este conteúdos orientadores as diretrizes ao que cabe a realidade como você negocia com cada situação se é um grande município, um pequeno município, cidade média, município que nunca teve, município que está repetindo, todas essas situações fazem com que a gente promova a diferença na organização do planejamento, e além disso, a própria *situação real* de quando você já está na formação que obrigado a provocar mudanças ou pela condição de logística ou pelo tipo de público presente, isso é muito real acontece com muita frequência.

J. K. – Sim, e como tu planejas e organiza as atividades de formação do Programa?

C. R. – Eu vou falar, por exemplo, quando eu trabalho sozinho, então assim a gente tem um conjunto de conteúdos que são colocados nas diretrizes e a gente, necessariamente, então tem que fazer a seleção desses conteúdos uma hierarquização entre eles, mas já pensando o que será o Módulo I, o Módulo II, Avaliação I, Avaliação II, você já tem que pensar nessa larga escala porque a princípio o mesmo formador acompanha o Programa em todas as fases, então, o tempo anterior que você negocia com a entidade local se tem alguma demanda específica sua agilidade, se você faz o estudo da cidade, se estuda o Projeto Pedagógico que o Ministério nos envia para entender o que a cidade pretende, o que a cidade coloca, que tipo de núcleo é, onde sanar e até... E você tem que fazer uma leitura geográfica do que é a cidade onde está cada núcleo etc... A partir disso você faz essa seleção de conteúdos e uma organização estratégias que também tem muito a ver com a condição logística e o que o local te oferece, que tipo de material você vai utilizar, qual é a quantidade de público se um público todo mundo novo, se é um público que está fazendo de novo quando você vai para o Módulo Introdutório I, Módulo Introdutório II se houve mudança, se o público se repetiu, então basicamente, você tem uma organização didática anterior que é feita em cima das diretrizes, mas que você tem que negociar com a entidade no antes e *no local* você vivenciasse aquela condição te permite executar o planejado ou se você tem que negociar de alguma forma algum tipo de mudança. Isso acontece frequentemente, por exemplo, se você escolhe passar um filme e você chega e a sala não te dá condições de fazer isso, então você tem que reorganizar tudo, os momentos que a gente faz para tentar promover algum tipo de vivência, vivenciar a condição qual é o local. Nem sempre você tem todas as informações antecipadas, você tem um panorama, mas só estudando o local mesmo que você pode vivenciar isso e lógico o próprio contato lá com o público, de como foi o primeiro dia, por exemplo, de certa maneira atendeu se quer mudanças na forma de trabalho, se eles têm uma demanda de conteúdo, basicamente é essa forma, mas o eixo central são as diretrizes que a gente tem que seguir, mas principalmente pensar em larga escala no que vai ser o Módulo I até o que vai ser a Avaliação II.

J. K. – E em relação às visitas aos núcleos eu gostaria que tu me contasse um pouco como são realizadas as visitas técnicas e as visitas pedagógicas?

C. R. – Nessa nova diretriz ela tem dois momentos, mas eu vou falar primeiro do momento anterior, quando a gente tinha o Módulo Introdutório I, Avaliação I e II a normalidade era a

gente fazer uma visita no Módulo Introdutório I, onde a gente ia conhecer o local, sem público sem nada, sem nenhum tipo de trabalho, para identificar se o local selecionado se associava ao tipo de formato com o tipo de oficina pensada, se havia condições de acessibilidade, condições de segurança, guarda de material. Quando voltávamos para a Avaliação I e II também acontecia, era já perceber isso em funcionamento, então você já não se preocupava mais com o local a sua preocupação era ver a ação das oficinas, a relação com a comunidade, à relação com o entorno, como é que era o trabalho de guarda de material, de seleção de material, a forma de preenchimento e, quando a gente vai agora para esse novo Modelo Introdutório I e II, Avaliação I e II e *há* visita pedagógica em separado na Avaliação I, esse Introdutório I ainda nos permite reconhecer o espaço, suas condições e não é raro, por exemplo, a gente sugerir troca de espaço e dizer aqui não dá aqui não tem condições, vamos procurar outro lugar aqui não tem condições, isso não é raro acontecer, não é raro a gente sugerir que sejam feitas mudanças, melhorias, qualificações no espaço físico, normalmente a gente tenta ir pelo menos acompanhado do coordenador, de preferência de todas as pessoas, todos os agentes para que eles possam perceber isso. No Introdutório II agora há condições de fazer uma nova visita com trabalho no começo, onde a gente pode saber como está à apropriação desse espaço, se a gente sugeriu mudança como é que está o uso desse novo espaço. E na Avaliação I, a gente... Colado à avaliação tem essa visita pedagógica e agora tem um instrumento bastante grande que a gente tem que responder, a preocupação é: a organização pedagógica do trabalho de quem está ali na oficina; a apropriação do espaço pela comunidade; a identificação de quem está no em torno, se há no caso, do Programa, das atividades do Programa; perceber como a distribuição das atividades em relação ao espaço; como é que a lida do material em relação as atividades; e aí a gente vai fazer uma conversa com o agente, como é o trabalho dele, conversa com o público que está na oficina, conversa com a comunidade do em torno, faz trabalho com o coordenador, se for o caso, faz algum tipo de imagem para perceber essa forma de trabalho, porque aí a gente também vai pedir que essas pessoas façam o relato do seu cotidiano, então já na formação em seguida a gente já associa, o que foi visto, o que a gente identificou, com o que eles falam para extrair uma forma de parecer final. Na Avaliação I, a ideia é fazer, se for o caso, um reencaminhamento de sugestões para adiante ou um reforço do que está sendo feito, porque há tempo para isso. Na a Avaliação II, já não há, a gente está na fase de encerramento até mesmo fechamento, por isso que a avaliação é central, porque você dá tempo, se for o caso, de você promover

algum tipo de adequação ou um reforço ao que está sendo feito, então aí essa visita em separado, fez com que a gente guardasse tempo para na formação dar um tratamento teórico aos temas que foram levantados durante esse tempo de trabalho ali naquela comunidade.

J. K. – E quais os resultados que tu consegue observa nos agentes e no núcleo ao longo das formações que são realizadas?

C. R. – Uma coisa é clara, assim, acho que assim, em todas as situações a formação tem impacto sobre os agentes, independente do tipo de percepção inicial de quem entra, há uma provocação a uma mudança de percepção em relação ao programa, relação de dinâmicas de políticas públicas, formas de atuação deles após a formação, isso é geral sem duvida posso afirmar que todas as situações ocorrem, em qualquer que seja o programa, qualquer que seja a cidade até porque a gente tentou fazer adequações ao tipo de público, então isso acontece, agora uma outra situação, é em relação ao impacto da formação no Programa na cidade, eu tenho muito claro que esse programa ele tem grande impacto em cidade pequena e cidade média, já na cidade grande eu tenho dúvidas, tenho dúvidas se ele é um programa para a cidade grande, a impressão que eu tenho é que ele se esvazia em uma cidade muito grande, a impressão que eu tenho é que ele se esvazia em uma cidade muito grande, ele se perde em meio a tantos outros programas, outras tantas possibilidades, já em uma cidade pequena e média a gente vê situações que a cidade inteira se mobiliza para o programa, e aí a formação é essencial porque ela dá o direcionamento, e o bom é exatamente isso, não é... O Ministério não faz um simples repasse de dinheiro a cidade executa como quer, há um direcionamento, então, além das formações a gente tenta fazer um acompanhamento mesmo que por e-mail ou telefone com as pessoas, e normalmente as entidades aceitam bastante isso e hoje em dia as estratégias de rede sociais eles usam bastante fortemente também, então eles conseguem perceber as formas de trabalho acontecendo, e não tenho dúvida que sim, a formação provoca mudança em que está ali, seja em uma pessoa da comunidade sem nenhum tipo de formação ou a pessoas com formação superior, não é raro por exemplo, a gente ter pessoas, especificamente, da Educação Física que trabalharam no Segundo Tempo<sup>4</sup>, então chega com uma certa caixinha fechada, ao término da formação

---

<sup>4</sup> Programa Segundo Tempo.

ela própria identifica que é uma coisa absolutamente diferente, sem qualificar se é melhor ou pior, mas é absolutamente diferente, então ela consegue se identificar com o que eu fazia com aquele trabalho e o que tem que fazer nesse, nesse tipo de colocação da pessoa em relação a realidade é bastante forte, a gente já juntou com a Aniele<sup>5</sup> e o Nildo<sup>6</sup> que também são do Nordeste, a gente fez um artigo exatamente com essa preocupação que impacto a formação provoca nas pessoas, então a gente fez um novo contato com todas as entidades que a gente já havia trabalhado naquele momento, e *todas* tornamos a responder que há mudanças positivas na forma de trabalho, e na formação cultural de quem está em treinamento, uma questão que fica pendente é quando há troca das pessoas, porque aí a pessoa que não acompanhou fica na obrigação do coordenador fazer essa formação é aí há uma dificuldade que eu acho é unânime e todo vem me dizer que é a formação de serviço, nem todo mundo tem dado conta de fazer essa formação e acompanhamento do trabalho, mas as formações pontuais que a gente faz, certamente, tem mudanças bastante positivas acho que todo mundo reconhece isso.

J. K. – E existe algum acompanhamento dos núcleos após o fim do convênio?

C. R. – Após o *fim* do convênio?

J. K. – Isso!

C. R. – Após o fim do convênio a princípio não, porque assim, contratualmente se encerra, o que a gente tenta fazer desde o primeiro momento desde o módulo Introdutório I o primeiro é o seguinte, e deixar bastante transparente para eles e dentro da comunidade, que esse contrato começa aqui e acaba aqui, é um contrato. O que a gente já começa a trabalhar desde a formação é a ideia da municipalização do convênio, fazer com que o município possa incorporar as diretrizes e assumir para si a linha de continuidade do Programa, ou seja, uma nova concorrência no edital por uma emenda parlamentar, ou mesmo seja naturalmente assumir o Programa, o que a gente observa e volto a dizer cidade média e cidade pequena, principalmente, é que a população *cobra* isso, ela vai aos gestores ela cobra isso, nem sempre tem resultado obviamente, mas ela faz essa cobrança, então

---

<sup>5</sup> Aniele Fernanda Silva de Assis.

<sup>6</sup> José Nildo Alves Caú.

algumas situações acontecem, o município incorpora e “dá” continuidade ao Programa como um todo ou o município pontualmente continua pagando alguns agentes para darem seguimento ao seu trabalho, ou até a própria comunidade se mobiliza para dar sequência ao trabalho pagando diretamente àquela pessoa ali e já vi acontecer também, não é raro, do agente continuar de forma autônoma, sem dinheiro nenhum a executar o trabalho com períodos mais espaçados, sem regularidade, mas acontece. A ideia de municipalização de o município assumir para si ainda não é em larga escala, mas tem acontecido quando tem, normalmente, seguindo normas, mas a lógica permanece a mesma, então assim, isso é uma coisa que a gente tem que trabalhar desde o primeiro momento, e como não há a figura da renovação, para não ficar aquela ideia de que vai acabar vai renovar, para todo mundo ficar transparente, inclusive ao participante para que ele possa ser um agente de cobrança da entidade, junto à prefeitura, junto ao município. Em municípios menores a gente consegue falar diretamente com o Prefeito, Câmara de Vereadores é mais fácil tentar pensar isso, mas o grande trabalho é convencer o agente e por consequência a população incorporar isso como direito e por consequência cobrar a execução disso, e eu acho que o Programa tem tido de certa forma conseguido se associar a isso, mesmo que não haja uma continuidade a instalação do reconhecimento da equipe como direito é fato, e você observa claramente na fala das pessoas quando você vai para as visitas, como elas incorporam e assumem para si esse direito, essa necessidade de continuar com as atividades ou com outro tipo de atividade que possa ser oferecido.

J. K. – E em relação à municipalização os núcleos tem obtido êxito nesse processo?

C. R. – Pois, é como falei, êxito eu acho que há o que eu não posso afirmar é que há uma lógica ampliada de *oficialização* dessa municipalização, isso eu ainda percebo em situações menores, mas algumas situações alguns exemplos, que os municípios incorporam e assumem como política, mas o ideário do programa permanece, acho que isso permanece sem dúvida na cidade, mesmo que não oficialmente se continue instalado como um programa ou um projeto dentro do município, embora a gente tenha exemplo de cidades que assumiram isso, mas o importante é perceber que o ideário que o Programa oferece, o reconhecimento do direito isso permanece no município com certeza e, principalmente, no agente quando ele não é de formação superior, porque aí como ele está na comunidade, ele

é um cidadão da comunidade ele tem tendência a buscar outros trabalhos que possam de uma forma de abraçar e atingir os princípios do PELC.

J. K. – Certo! E tu identificas algum ponto que poderia ser melhorado dentro do Programa?

C. R. – Um ponto central que a gente precisa qualificar, é a formação de serviço, das diretrizes de 2014 para cá a gente tem esses quatro encontros mais a visita, mas o processo de formação em serviço que é aquele encontro que os agentes da coordenação vão fazer cotidianamente, que a gente cobra, que muitas vezes a gente organiza a sistematização com eles, a gente deixa o material com eles, acho que é uma coisa que fica ainda capenga, porque fica muito a mercê da posição do coordenador, o coordenador que vai gerenciar isso, então uma pessoa pode assumir e incorporar isso é dar conta ou as reuniões viram encontros do que eu fiz, o que eu vou fazer, não há muita preocupação com o processo de qualificação, então por isso que eu te disse, as *formações* elas também são também um processo de qualificação profissional até para outras situações, na medida que elas são certificadas, então se você está na universidade aquilo serve para a carga horária de atividades, se você está fora é um elemento para currículo e o próprio tratamento das temáticas serve para essa qualificação profissional, isso é um ponto, que assim, não há certeza de que a uma continuidade como um todo, a casos que funciona plenamente, a casos que fica capenga, eles se encontram regularmente isso com certeza, mas nem todos os casos foram processos de formação, outro caso, que outra situação que gera ainda dificuldade, mas acho que também vem sendo melhorado, é a instalação do Conselho Gestor, a entidade do controle social ela já é mais comum de trabalhar, porque ela não é só desse programa, normalmente, todos os programas federais tem essa ideia, mas o Conselho Gestor embora também tenha isso ele é um pouco mais difícil, porque envolve um número maior de pessoas em um trabalho que é gratuito e envolve essa ideia de pertencimento com a comunidade. Então você encontra com o trabalho gratuito que gera muita demanda, isso talvez tenha sido uma situação mais difícil de acontecer e que tem sido vencido pontualmente caso a caso, mas é outra situação junto com a formação de serviço há uma demanda que precisa ser melhorada ainda.

J. K. – Teria alguma coisa que eu não te perguntei que tu gostaria de compartilhar?

C. R. – Acho que sim, voltando aquele ponto do impacto na formação, acho que é muito claro o que a gente tem um impacto da formação para a atuação do Programa, isso acontece com os conteúdos tratados e com os procedimentos estratégicos metodológicos *inclusive*, e aí é ruim dizer isso, mas inclusive para quem tem formação em Educação Física que reconhece aquilo como novo, que nunca viu aquilo, não sabia que podia trabalhar dessa forma mas a própria comunidade ela recebe isso muito claramente quando ela vai se vincular ao Programa, ela incorpora o Programa como sendo para si, uma coisa que a gente... Eu repito, não fui eu que criei eu ouvi dizer também, todo mundo fala isso, é que há uma tendência nos convênios e quando é convênio muito grande nos núcleos a se instala o que eles chamam de família PELC, é uma linha de continuidade de envolvimento de todos os participantes, e essa possibilidade de envolvimento de homens e de mulheres, crianças, adultos e idosos em atividades simultâneas é essencial e o evento é uma coisa muito impactante, porque ele consegue imobilizar muitas vezes uma *cidade inteira*, e há municípios em que o PELC, por exemplo, é a maior verba que o município recebe, então esse gerenciamento dessa política também é algo que é inovador, e é também para o município um processo formativo, principalmente, depois que se instalou a ideia do SICONV<sup>7</sup> que tudo é um gerenciamento único, isso também é um processo formação política para a própria prefeitura, então acho que isso é importante dizer que é um processo de formação, podemos dizer Técnico Científico, mas há um processo de formação política e há um processo de formação cultural, para o agente e para a comunidade e nos encontros de Avaliação I e II, normalmente a gente pede que a comunidade vá participar também, mesmo que representantes “etc”, os relatos são sempre os mais espetaculares possíveis, assim dos beneficiados, dos participantes, seja daqueles das pessoas que vão nos encontros ou daqueles que a gente vai na comunidade inicial, de todas as formações que eu vi e vivi até hoje, eu posso dizer que só duas foram problemáticas, uma em um município muito pouco pequeno e outra em um município muito grande, dois que eu não vi andar, as demais todas andaram plenamente bem, tiveram sucesso, pode não ter havido continuidade como programa, mas o princípio ficou instalado, você percebe isso ali e a comunidade incorporando uma forma para si e exigindo do perfeito novos espaços, melhoria daqui, melhoria dali, qualificação e, principalmente, ocupando o espaços públicos, isso é uma

---

<sup>7</sup> Convênios e Contratos de Repasse da Administração Pública Federal.

outra coisa que é fundamental, a população ocupar o espaço público que acho que é uma coisa que fica também do programa. E uma coisa nesse grupo de trabalho que está aqui, que eu acho que não está nas perguntas é perceber que esse grupo que está aqui, com diferenças de formação, principalmente, diferenças de atuação, todos têm envolvimento de comprometimento muito claro com essa ideia de política pública, porque a gente passa por cada situação, você viaja para cidade que você não tem onde dormir, você para viajar você pega trem, cipó, carro, avião, navio e chega e faz, trabalha, é uma ideia de comprometimento que esse grupo todo tem, muito coeso, mesmo com as diferenças de formação e atuação, e a um comprometimento com a causa pública que a gente vê muito claro nesse grupo todo, sob a gestão aqui da UFMG que qualificou bastante, não só a formação, mas todo o processo também por consequência de atuação do PELC.

J. K. – Certo! Então era isso, eu agradeço em nome do Centro de Memória do Esporte, muito obrigado.

[FINAL DA ENTREVISTA]